

SÉRIE QUALIDADE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR
Observatório de Educação Capes/Inep

Silvia Maria de Aguiar Isaia
Doris Pires Vargas Bolzan
Adriana Moreira da Rocha Maciel
Organizadoras

QUALIDADE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: A UNIVERSIDADE COMO LUGAR DE FORMAÇÃO



volume

2


edipUCRS


C A P E S

INEP
Instituto Nacional de Estudos e
Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira


RIES
OBSERVATÓRIO DE EDUCAÇÃO

**QUALIDADE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR:
A UNIVERSIDADE COMO LUGAR DE FORMAÇÃO**



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

Chanceler

Dom Dadeus Grings

Reitor

Joaquim Clotet

Vice-Reitor

Evilázio Teixeira

Conselho Editorial

Ana Maria Lisboa de Mello

Armando Luiz Bortolini

Augusto Buchweitz

Beatriz Regina Dorfman

Bettina Steren dos Santos

Carlos Graeff Teixeira

Clarice Beatriz de C. Sohngen

Elaine Turk Faria

Érico João Hammes

Gilberto Keller de Andrade

Helenita Rosa Franco

Jane Rita Caetano da Silveira

Jorge Luis Nicolas Audy – Presidente

Lauro Kopper Filho

Luciano Klöckner

Nédio Antonio Seminotti

Nuncia Maria S. de Constantino

EDIPUCRS

Jerônimo Carlos Santos Braga – **Diretor**

Jorge Campos da Costa – **Editor-Chefe**

Silvia Maria de Aguiar Isaia - Organizadora Chefe
Doris Pires Vargas Bolzan
Adriana Moreira da Rocha Maciel
(Colaboradoras)

**QUALIDADE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR:
A UNIVERSIDADE COMO LUGAR DE FORMAÇÃO**

Série Qualidade da Educação Superior

Observatório da Educação CAPES/INEP

v. 2



edipUCRS

Porto Alegre, 2012



C A P E S

INEP

Instituto Nacional de Estudos e
Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira



RIES



UFRGS
UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL



1960



UNISINOS



PUCRS

© EDIPUCRS, 2012

CAPA **Giovani Domingos**

REVISÃO DE TEXTO dos autores

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA **Gabriela Viale Pereira**



EDIPUCRS – Editora Universitária da PUCRS

Av. Ipiranga, 6681 – Prédio 33

Caixa Postal 1429 – CEP 90619-900

Porto Alegre – RS – Brasil

Fone/fax: (51) 3320 3711

e-mail: edipucrs@pucrs.br - www.pucrs.br/edipucrs.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Q1 Qualidade da educação superior : a Universidade como lugar de formação / org. Sílvia Maria de Aguiar Isaia ; colab. Doris Pires Vargas Bolzan, Adriana Moreira da Rocha Maciel. – Porto Alegre : EDIPUCRS, 2012. 237 p. – (Série Qualidade da Educação Superior ; 2)

ISBN 978-85-397-0178-0

Versão e-book: <<http://www.pucrs.br/edipucrs>>

ISBN 978-85-397-0135-3 (on-line)

Textos apresentados no VIII Seminário de Educação Superior: a Universidade como lugar de formação ocorrido na Universidade Federal de Santa Maria.

1. Educação Superior. 2. Educação – Qualidade. I. Isaia, Sílvia Maria de Aguiar. II. Bolzan, Doris Pires Vargas. III. Maciel, Adriana Moreira da Rocha. IV. Série.

CDD 378

Ficha Catalográfica elaborada pelo Setor de Tratamento da Informação da BC-PUCRS.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

Silvia Maria de Aguiar Isaia (Org.)

Colaboradoras

Doris Pires Vargas Bolzan

Adriana Moreira da Rocha Maciel

Comitê Científico

Marilia Costa Morosini (PUCRS)

Maria Estela Dal Pai Franco (UFRGS)

Maria Isabel da Cunha (UNISINOS)

Valeska Fortes de Oliveira (UFSM)

CENÁRIOS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E QUALIDADE NA GESTÃO: DESAFIOS PARA A UNIVERSIDADE¹

Maria Estela Dal Pai Franco²

Marília Costa Morosini³

INTRODUÇÃO

As mudanças que incidem sobre a universidade, nos últimos anos, além de pressionarem por políticas re-formatadoras se defrontam com cenários que repercutem nos processos e formatos institucionais, trazendo sucessivos desafios para uma gestão de qualidade. Por um lado, a universidade é uma das instituições que permanece praticamente intocável desde a idade média. Por outro lado, nos últimos anos, a universidade é alvo de questionamentos, dos mais diversos setores e grupos da sociedade, que exigem mudanças, sejam elas ancoradas na diversidade do acesso sob a lógica da inclusão, ou ainda no desenvolvimento científico e tecnológico, sob a lógica da inovação e da inserção internacional. Como lembra Delanty (2001), de uma instituição voltada à elite dominante, bacharelesca, com base em modelos neo-napoleônicos, humboldtianos ou mesmo contestadores e com as tradicionais funções de ensino, pesquisa e extensão, a universidade dos anos mais recentes adentra a internacionalização. Pode-se afirmar que as mudanças que recentemente incidem sobre a universidade são distintas da “quase intocável” instituição dos séculos precedentes. Nos dias de hoje existem universidades globais, universidades de classe internacional, modos de ensino que afetam a estrutura organizativa e de gestão da instituição e modalidades de gestão que possivelmente afetam os compromissos fundamentais da universidade, nos processos investigativos, de ensino-e de serviços. As tendências de internacionalização certamente se estendem e espalham seus critérios e conhecimentos pelo mundo globalizado.

As demandas recentes, além de pressionarem por políticas re-formatadoras da universidade, se defrontam com cenários desafiadores. É inevitável a pergunta

¹ Este artigo assenta-se em versão preliminar apresentada no XV Endipec - Encontro Nacional de Prática de Ensino. Belo Horizonte, UFMGerais, 20-23 de Abril de 2010 (FRANCO e MOROSINI, 2010) Colaboraram no levantamento de dados e legislação: Gustavo Schutz (graduação - PIBIC/UFRGS) e Cristina Zanettini Ribeiro (Mestrando UFRGS - Bolsa CNPq).

² Professora do Programa de Pós-graduação em Educação da UFRGS – Brasil. Email: medpf@orion.ufrgs.br

³ Coordenadora e professora do Programa de Pós-graduação em Educação da PUCRS –Brasil. Email: marilia.morosini@puccrs.br

sobre os possíveis cenários futuros, sua universalidade, suas prevalências e influências, seus desdobramentos nas instituições e formatos, nas práticas de gestão, de ensino e de aprendizagem. Em tal contexto não surpreende que na corrente re-formatadora a universidade, se defronte com cenários desafiadores, com forte repercussão nos processos de gestão de qualidade.

No entorno deste quadro, o presente trabalho é assentado em resultados preliminares de estudos que captam aproximações entre documentos marcantes de políticas (ou com força política) internacionais e brasileiros sobre educação superior. O objetivo deste trabalho é identificar desafios para a gestão de qualidade na universidade, circunscritos pelos cenários da educação superior da OCDE-2008 e pelo documento interministerial, Brasil- 2003, que pontua a Reforma da Universidade Brasileira. A escolha do documento derivou de seus desdobramentos subseqüentes.

É justo na complementação do quadro acima, com tensões, forças que pontilham as políticas internacionais, as políticas públicas brasileiras e suas repercussões nas instituições de ensino superior que se inserem os desafios para a universidade.

Sob o ponto de vista metodológico cabem alguns esclarecimentos: 1) os estudos que subsidiam o presente trabalho e dos quais ele se desdobra são desenvolvidos no âmbito de grupos de pesquisa que investigam a educação superior e que discutem políticas públicas brasileira em suas inserções internacionais (FRANCO, 2009; MOROSINI, 2009); 2) o documento brasileiro escolhido para análise teve como critério seletivo a sua força política, geradora de ações políticas subseqüentes, que têm re-formatado a educação superior brasileira, mesmo que as mudanças não tenham a legitimação de uma lei orgânica de reforma universitária, mas sim de políticas que estão sendo implantadas (BRASIL,2003; BRASIL 2003b) o documento internacional escolhido reflete também força política, considerando o espaço que a OCDE tem assumido em âmbito internacional (OCDE, 2008a; OCDE, 2008b); 4) a análise documental foi a abordagem analítica selecionada, complementada por estatísticas oficiais.

CENÁRIOS INTERNACIONAIS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

A OCDE, nos últimos anos, tem capitaneado discussões sobre educação superior. Em dezembro de 2008, em sua sede de Paris, realizou o seminário: *Higher Education to 2030* e buscou responder as seguintes questões: Quais as opções e oportunidades de políticas para responder aos

principais desafios do futuro da educação superior em termos de acesso, capacidade e aquisição? Como a expansão da educação superior influencia a redução das iniquidades sociais? Como podem ser financiados os desafios da educação superior? Como a globalização influencia o papel e a governança do futuro da educação superior.

Para responder a estas perguntas foram pensados quatro possíveis cenários e suas imbricações. O primeiro cenário para a educação superior seria o do predomínio de redes colaborativas; o segundo seria o predomínio dos interesses da comunidade na educação superior; um terceiro cenário teria como predomínio a educação superior com novas responsabilidades públicas; e no último cenário a educação superior teria o predomínio do caráter comercial.

O cenário das *redes colaborativas* seria marcado pelo alto grau de internacionalização, por redes intensivas acadêmicas inter e entre IES e sociedades, adotando um modelo baseado na colaboração. Neste cenário também são registrados: a) mobilidade intensiva de alunos baseada na harmonização curricular; b) autonomia do estudante para escolher e montar seu currículo, atendendo convenções profissionais; c) estudos online e autonomia na aprendizagem; d) predomínio da língua inglesa; e) pesquisa internacional colaborativa; f) e socialização da pesquisa (internet / networking) que permita as IES de países subdesenvolvidos se beneficiarem do conhecimento produzido em regiões desenvolvidas.

O cenário da educação superior voltado à *Comunidade* seria marcado pelo predomínio da missão nacional e local e das necessidades da comunidade e da economia local. Neste cenário os acadêmicos seriam o centro institucional e teriam o controle dos processos de ensino e de pesquisa; IES de elite e alguns departamentos seriam internacionalizados e os primeiros em *rankings* nacionais; o financiamento adviria de autoridades e negócios locais. Existiria pouca diferença entre universidades e escolas /institutos politécnicos. Ambos teriam relações próximas com as indústrias para a capacitação inicial e continuada; o principal objetivo dos acadêmicos seria o ensino; a amplitude da pesquisa acadêmica seria focada em áreas determinadas: humanidades e ciências sociais, com o objetivo de preservação da cultura local: a pesquisa em áreas estratégicas seria realizada pelos governos e pesquisas colaborativas seriam efetivadas com países amigos.

O cenário da educação superior voltado a *Novas responsabilidades públicas* seria marcado por uma nova gestão pública guiada pelas forças do mercado e por incentivos financeiros; IES seriam autônomas, ou seja, legalmente

privadas. Recursos públicos seriam importantes para o orçamento, mas haveria captação de outros fundos como as taxas estudantis. O estudante seria considerado cliente; haveria prestação de contas das IES voltada aos interesses dos estudantes com base na qualidade do curso e na empregabilidade; a divisão entre IES e inter IES nas funções de ensino e pesquisa, a presença de feudos externos, de competição pelo financiamento e apoiados em comitês de pares seriam outras das características. Prestação de constas, transparência, eficiência e efetividade, *responsiveness* e visão de futuro são os padrões que estariam no *core* deste cenário.

O cenário da educação superior voltado ao *Comércio* seria marcado por competição global das IES, por fornecer serviços educacionais e serviços de pesquisa em base comercial. Haveria separação nítida entre as funções universitárias de ensino e pesquisa; *rankings* internacionais desempenhariam um importante papel na captação de recursos e de alunos. Os pesquisadores de mais alto padrão seriam disputados internacionalmente; a língua inglesa seria a língua predominante na comunicação da pesquisa e nos estudos de pós-graduação enquanto que o vocabulário local seria o predominante na função do ensino.

CENÁRIOS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: EXPANSÃO QUALIFICADA

No Brasil a Educação Superior é recente se comparada com outras realidades. É, em torno de 1808 que se instauram os primeiros cursos de forte influência profissionalizante. Posteriormente, já no século XX, surgem as primeiras universidades, na década de 1970 é instituído o sistema de pós-graduação *stricto sensu* e somente a partir da reforma de 1968 – Lei 5 540/96, é normatizada a função de pesquisa como cerne da universidade.

Em que pesem mudanças significativas ao longo das últimas décadas, alguns documentos acenam para a inserção das mudanças num projeto maior, tanto no plano de ideário como no plano técnico-executivo. É o que se depreende do documento *Uma Escola do Tamanho Brasil*, no qual se destacam compromisso e propostas. Entre os compromissos menciona-se: promoção da autonomia universitária e da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; reconhecimento do papel estratégico das universidades, em especial as do setor público, para o desenvolvimento econômico e social do país; consolidação das instituições públicas como referência para as demais; expansão da oferta de vagas, em especial do setor público e cursos noturnos; ampliação do financiamento público ao setor público; ampliação do crédito educativo, criação de programas

de bolsas universitárias com recursos não vinculados constitucionalmente à educação; defesa de princípios constitucionais da gratuidade do ensino superior público (PALOCCI, 2002, p.21). As propostas convergem para: expansão de vagas e oferta de ensino público, autonomia, gestão democrática e distribuição regional, acesso e evasão, educação a distância, iniciação científica e docente, revisão do sistema de avaliação, de carreiras docentes e de salários, representatividade do Conselho Nacional de Educação (CNE), financiamento ao estudante, bibliotecas, hospitais universitários, fundações de apoio e relações entre universidade, emprego e difusão tecnológica.

O documento mencionado, bem como a realidade brasileira clamavam por uma reforma universitária, para enfrentar a crise das universidades federais e orientar o desenvolvimento da educação superior no sentido da construção do Brasil ao longo do século XXI. Com tal objetivo, em 20 de outubro de 2003 foi criado um GT Interministerial composto por membros da Casa Civil, da Secretaria-Geral da Presidência da República (SGPR) e dos Ministérios da Ciência e Tecnologia (MCT), do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), da Fazenda e da Educação (MEC). No final de 2003 o GT entregou o documento “*Bases para o Enfrentamento da Crise Emergencial das Universidades Federais e Roteiro para a Reforma Universitária Brasileira*” no qual são apontados como motes: ampliar a oferta de cursos e vagas nas universidades públicas, federais, estaduais e municipais, com qualidade; possibilitar a inclusão e permanência de jovens sem recursos pessoais nas universidades públicas; e promover a responsabilidade social da universidade (BRASIL, 2003).

São afirmados como ações emergenciais para a plenitude das funções da universidade: a) formular e implementar as diretrizes de um plano emergencial para equacionar e superar o endividamento progressivo junto aos fornecedores, combinado com a elevação dos recursos para os custos operacionais; b) abrir concursos para preencher as vagas de professores e servidores, originadas por demissões, aposentadorias e exonerações, não preenchidas ao longo dos últimos dez anos, e para substituir os professores contratados em caráter temporário por professores efetivos. Assegurar ainda recursos para cobrir os déficits em manutenção e investimento; c) outorgar autonomia para garantir às universidades federais o uso mais racional de recursos, maior eficiência no seu gerenciamento e liberdade para captar e aplicar recursos extra-orçamentários, além da autonomia didático-pedagógica; d) garantir novas vagas: concedendo bolsas de aproveitamento e regionalização para a contratação de doutores que desejam se dedicar ao magistério, especialmente nas licenciaturas em física,

matemática, biologia, química, nos locais carentes de pessoal com formação superior; adotando critérios de regionalização e interiorização na política com abertura de vagas para concursos, juntamente com um auxílio para implantação de novas linhas de pesquisa para esses novos contratados, e reintegrando aposentados às atividades das universidades federais, mediante a implementação de um programa especial de bolsas de excelência. Além disto, para recompor os quadros de pessoal, estariam sendo autorizadas 14.400 vagas (BRASIL, 2003).

Além de serem reiterados alguns pontos do documento de 2002, antes citado, no documento interministerial em apreço é afirmada a importância do ensino superior público federal e seu espaço de referência nas perspectivas vislumbradas para o ensino superior brasileiro. Depreende-se o papel estratégico da universidade nos eixos das instituições públicas como referência, da expansão da oferta de vagas, da ampliação do financiamento público, da ampliação do crédito educativo, das bolsas universitárias e da gratuidade do ensino público superior.

Fica claro que o documento antevê um cenário de expansão para a educação superior brasileira e as mudanças acima referidas são consideradas essenciais sob o suposto de que permitiriam à universidade a consecução de pontos vinculados à qualidade: o desenvolvimento da produção acadêmica no ritmo imposto pela velocidade do avanço do conhecimento em todas as áreas; a produção de conhecimento virtual; a solução de problemas, especialmente os éticos, ecológicos, sociais, científicos e tecnológicos, da civilização contemporânea; a credibilidade e legitimidade dos diplomas universitários; e o conviver com o saber internacional no mundo globalizado, ao mesmo tempo em que não se desligaria da realidade circundante. É importante frisar que o documento ressalta a importância da autonomia nas universidades federais e aponta linhas de ação que possam complementar recursos e redesenhar o quadro atual. Um outro ponto a ressaltar e que reforça a direção analítica assumida é o de que o Brasil se mantém no caminho da expansão da educação Superior, especialmente no contexto pós LDB 1996. É inegável que no Brasil, no contexto pós LDB 1996 houve um movimento expansionista o qual a partir de meados dos anos 2000 enveredou para uma expansão qualificada pela inclusão, se consideradas as políticas étnicas e de cotas. A análise do censo da Educação Superior mostra também que o crescimento ocorreu no âmbito do sistema e seus segmentos revelando tensões em relação à perda de espaço das universidades e ao crescimento das instituições privadas. A Rede UNIVERSITAS colaborou com o INEP na análise da expansão em 27 Estados Brasileiros, sendo que nove pontos foram ressaltados para entender o sistema de educação superior

brasileiro: 1) o crescimento do sistema; 2) o crescimento do sistema pela via das IES privadas; 3) a perda de espaço das universidades quando comparadas com outras organizações acadêmicas de ES; 4) a centralização progressiva do SES; 5) a concentração geográfica do SES; 6) a inserção social através da incorporação de outras formas desenvolvidas pelo setor privado; 7) o desequilíbrio de ofertas de formação profissional; 8) a ociosidade de vagas; 9) a qualificação das funções docentes (RISTOFF e GIOLO, 2006). O Censo da Educação Superior de 2006 (Brasil, 2007) registrou a existência no Brasil de 2.270 instituições de Educação Superior (IES), o que implica crescimento de 146,2 % em 10 anos. A Tabela 1, em anexo, mostra o crescimento por tipo de IES.

DESAFIOS NO E CENÁRIOS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

A constatação de que subsistem diferentes lógicas nas políticas públicas brasileiras e, até mesmo em diretrizes internacionais para a qualidade da educação superior reforça a ideia de que um dos principais desafios, desdobramento do processo de avaliação, é a construção de pontes entre as lógicas que subjazem aos conceitos de qualidade.

Os desafios no processo de avaliação da universidade e os conceitos de qualidade que os regem, com lógicas diferenciadas, terminam por possibilitar a emergência de novas modalidades organizativas. Estes desafios perpassam as especificidades dos cenários da Educação Superior, como pode ser observado na análise que segue.

Existem certamente pontos em comum entre o cenário Brasileiro e os cenários da OCDE, já revelados antecipadamente no documento Brasil-2003: a) expansão da educação superior qualificada, especialmente pela inclusão; b) a diversificação da educação superior como marco pós anos de 1990; c) os fortes investimentos em situações experienciais propícias para práticas educativas e novas modalidades institucionais; d) a flexibilização das políticas públicas contrabalançadas por mecanismos de controle avaliativos; e) o fortalecimento da carreira docente, tornando-a competitiva frente a outras carreiras; f) políticas mais precisas de proteção à educação superior brasileira de qualidade frente a cursos e IES internacionais.

Nesse documento, são sinalizadas e sugeridas questões fundamentais para o futuro da universidade, entre as quais: a) a definição e a *regulamentação de carreiras*, incluindo-se aqui aspectos como a duração dos cursos, a formação continuada, o sistema de créditos, o reconhecimento e mobilidade dos diplomas, o reconhecimento de notório saber adquirido em processos extra-universitários de aprendizagem, a implementação de novas carreiras e diplomas, as modalidades de pós-graduação, a introdução de técnicas de ensino a distância, regulação do

marco regulatório do ensino superior; b) as formas de ingresso nas atividades acadêmicas, incluindo novas turmas de vestibular e aspectos como as *quotas para minorias e portadores de necessidades especiais, a avaliação progressiva do desempenho pré-universitário e demais níveis*; c) os novos métodos de ensino e convivência universitária, incluindo a *universidade aberta e todas as formas de ensino a distancia, os reconhecimentos internacionais de saber, os ricos da mercantilização do ensino superior, a formação permanente e a validade dos diplomas*; d) a autonomia e os modelos da institucionalização do ensino superior, incluindo-se aqui a definição do Sistema Nacional de Ensino Superior, das categorias de cursos e instituições, dos conceitos de estatais, públicas, particulares, comunitárias, inclusive da gratuidade de todos ou para determinados cursos, das formas de financiamentos, dos modelos de gestão, da avaliação e credenciamento, da relação com o setor produtivo, da responsabilidade social, da internacionalização, da regionalização e interiorização das atividades acadêmicas.

Cabe mencionar que os cenários internacionais descritos, no caudal das políticas expansionistas brasileiras recentes, encontram ressonância em vários pontos:

- as políticas de avaliação e instituição do SINAES- Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior⁴ que prevê a Avaliação Institucional (perfil e o significado da atuação das instituições), a Avaliação dos Cursos de Graduação, (instrumentos e visitas in loco para avaliação de programas e cursos de graduação) e a Avaliação de Desempenho dos Estudantes (acompanhamento do processo de desempenho dos alunos); Um dos resultados da instituição do SINAES foi o aumento da demanda à Educação Superior, o que desembocou na expansão de instituições, cursos e matrículas.
- as redes colaborativas indicadas nos cenários internacionais aproximam-se de dois tipos distintos de estratégias colaborativas adotadas no país: a possibilidade de acesso ao ensino superior por meio da Universidade Aberta do Brasil, o que mostra uma política de expansão sob a lógica da inclusão e a integração regional-internacional representada pela UNILA- Universidade de Integração Latino Americana;
- o cenário do retorno aos valores comunitários tem pontos em comum, guarda alguma aproximação com criação de novas universidades com nítida inserção, como a UNIPAMPA, universidade criada nos anos recentes e com marcante inserção comunitária –regional. É inegável que existam universidades orientadas pelo comércio, verdadeiras máquinas de lucro e sobre a qual as políticas de controle avaliativo devem ser mais incisivas.

⁴A Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o Sinaes é sucedida por uma construção jurídica de um conjunto de leis, portarias e decretos que regulam a avaliação do sistema de ensino superior brasileiro.

Franco e Morosini (2005) cotejaram compromissos com dados, declarações e ações do governo, apontando quatro áreas que exigiriam ação compartilhada: base de apoio político, investimentos, internacionalização e avaliação. Tais pontos são compatíveis com o que a análise dos cenários, nos dois documentos e sinalizam desafios para o processo de avaliação da universidade que revela distintas lógicas refletidas na gestão institucional dos novos formatos organizativos e nos seus desdobramentos na vida institucional.

Um conjunto de enunciados mostra convergências para as seguintes categorias de desafios: construção de comunidades de aprendizagem, inclusão na sociedade de conhecimento crítico, desenvolvimento de práticas dialógicas interdisciplinares, enfrentamento de questões da educação contemporânea e convivência entre saberes internacionais e locais.

Em todas as categorias incide o desenvolvimento de novas modalidades organizativas com marcantes desafios para a gestão .

A categoria **desafios a gestão de novas modalidades organizativas**, tem como desdobramentos mudanças na formação de professores de modo que vivenciem situações de construção conjunta e compartilhada de conhecimentos sobre os alunos e sobre os conteúdos que deverão ser disponibilizados à eles. O processo avaliativo institucional exige critérios e indicadores nesta linha, tendo presente que em face as mudanças mais amplas da sociedade, as comunidades de aprendizagem não se esgotam nos muros da universidade e da escola, abarcando as ofertas de educação a distância para o ensino em seus diversos níveis e exige novas modalidades organizativas e abordagens de gestão especializadas. Acrescenta-se ainda as redes sociais disponíveis para todas as faixas etárias, redes estas agregadoras de pessoas com distintos interesses. Um desafio que se desdobra é o da disponibilização de serviços facilitadores da participação em comunidades com interesses comuns. É pertinente registrar que no cotejamento dos estudos mencionados são ressaltados descritores tais quais: participar de modo competente de grupos de trabalhos; promover e estimular a orientação para a busca do saber nas práticas educativas de sala de aula e fora dela; desenvolver a sensibilidade para os saberes construídos pelos mais distintos grupos, o que envolve orientação para aprendizagem permanente.

A categoria do *desafio de inclusão na sociedade de conhecimento crítico* envolve processos ação-reflexão. No cotejamento de estudos se destacam descritores tais quais entender que o conhecimento tem valores que transcendem o mercado e estes devem ser preservados. É nesta categoria que tem presença a inclusão digital, o uso de tecnologias informáticas, a educação

a distância, a produção de virtual de conhecimentos que implicam ampla gama de novas modalidades de ensino-aprendizagem. O desafio que se coloca é o de buscar pontos de compatibilização que tenham perspectivas críticas, especialmente em relação aos compromissos sociais da universidade, sem esquecer as práticas institucionais que preservem a responsabilidade social de uma gestão eficiente dos quadros humanos e de recursos necessários para cumprir a missão institucional..

A categoria do *desafio de desenvolvimento de práticas dialógicas e interdisciplinares*, envolve o saber do conhecimento disciplinar para construir o diálogo interdisciplinar; entender as aproximações e diferenças entre transdisciplinaridade, multidisciplinaridade e interdisciplinaridade; promover o entendimento de que o diálogo entre disciplinas é condição e consequência dos avanços do conhecimento hodiernos; desenvolver práticas construídas por diferentes docentes de diferentes especialidade; oferecimento de estágios curriculares desde os anos iniciais da formação profissional e sob diferentes modalidades e articulação de campos disciplinares. No plano das políticas públicas é notória a experiência de cursos de pós-graduação interdisciplinares, o que levou à criação de comitê específico nesta linha. O desafio que prevalece é o de construir espaços nos quais as experiências possam ser compartilhadas.

A categoria do *desafio de enfrentamento de questões da educação contemporânea* – A categoria subsume descritores tais quais: identificar e buscar a solução de problemas na sociedade contemporânea; pautar as decisões éticas no domínio do conhecimento e na crítica de seus interesses e consequências; desenvolver posturas de identificação de questões ecológicas e sensibilidade para captá-las tendo em vista valores de sobrevivência e de inclusão sócio-educacional; desenvolver uma educação pára a paz. As políticas públicas de hoje orientadas para a equidade no acesso, tais como o PROUNI para as IES privadas e as cotas para as IES públicas são promotoras do enfrentamento deste desafio.

A categoria do *desafio de convivência entre saberes internacionais e locais* - Nesta categoria são identificados descritores como o reconhecimento da crucialidade de conhecer saberes e fazeres do mundo desenvolvido e de diferentes sociedades para tecer os entrelaçamentos necessários à autodeterminação/interligação dos povos. A diversidade organizativa e de gestão de IES pode promover, mas também cercear esta convivência, exigindo como aliado o conhecimento crítico.

ENCAMINHAMENTOS CONCLUSIVOS

Os desafios para a gestão de qualidade na universidade, circunscritos pelos cenários da educação superior da OCDE-2008 e pelo documento interministerial, Brasil- 2003, que pontua a Reforma da Universidade Brasileira se apresentam nas distintas perspectivas de qualidade e nas lógicas, que a elas subjazem. São desafios distintos, mas que, também, apresentam pontos comuns no cotejamento entre os cenários internacionais e os assumidos na reestruturação da educação superior brasileira.

Na Educação Superior de hoje coexistem lógicas. Algumas estão mais próximas do isomorfismo, da comparabilidade e do avanço tecnológico, outras se apóiam em princípios de autonomia universitária e de emancipação do indivíduo e em princípios de equidade. As lógicas em tensão têm presença na formulação e decisão de políticas públicas e delas também emanam. Ao discutir as lógicas presentes nas políticas públicas da Educação Superior, Franco e Morosini (2005) mostram que mesmo as orientadas pelo isomorfismo e que favorecem a comparabilidade e o mercado podem ser submetidas a critérios maiores de justiça social e equidade:

As primeiras, por definição, supõem regramento e, mesmo que impregnadas pelos valores de uma sociedade, por um projeto de nação, supõem algum grau de intervenção sob os critérios da relevância, exequibilidade e pertinência. A segunda supõe a autodeterminação, que por sua vez exige a inclusão e a participação da comunidade acadêmica para não adentrar a seara da arbitrariedade. As primeiras se opõem ao arbitrário e caminham para a equidade. A segunda se opõe ao autoritarismo e caminha para a emancipação. Um novo projeto não prescinde das duas lógicas. Na sua raiz estão os princípios da igualdade e da liberdade. Seus compromissos com a inclusão e com o público passam pela relevância, exequibilidade e pertinência das ações, seja pelas diretrizes que atendem a diversidade constitutiva da educação superior brasileira e de suas demandas, seja pela autonomia da universidade e pela gestão democrática que estão no “core” do da universidade (Franco e Morosini, 2005, p. 35).

Resumindo, a análise dos cenários nos dois documentos sinaliza desafios para uma gestão de qualidade na universidade ligados às lógicas que subjazem aos cenários e que convergem para a gestão das comunidades de aprendizagem, da perspectiva de sociedade de conhecimento crítico, das práticas de diálogos

interdisciplinares; do enfrentamento de questões da educação contemporânea e da convivência entre saberes internacionais e locais. O estudo conclui que existem diferentes lógicas e desafios na gestão de qualidade, mas, também pontos em comum entre os cenários internacionais e os assumidos na reestruturação da educação superior brasileira. Ambos congregam desafios que implicam diálogo crítico na gestão da instituição e na construção de conceitos e práticas de qualidade que atendam aos compromissos da universidade AQUI resumo.

Os desafios para uma gestão de qualidade na universidade estão ligados, portanto, à lógica que subjaz aos cenários vislumbrados e convergem para a gestão das comunidades de aprendizagem, da perspectiva de sociedade de conhecimento crítico, das práticas de diálogos interdisciplinares; do enfrentamento de questões da educação contemporânea e da convivência entre saberes internacionais e locais.

Um dos pontos fundamentais que o estudo sinaliza é o de que nos cenários internacionais, nos cenários nacionais antecipados e concretizados por meio de inúmeras ações, os desafios enfrentados na gestão de qualidade parecem vincular-se à expansão da Educação Superior. A expansão é um caminho para maior equidade e possibilidades na “sociedade do conhecimento crítico” mesmo quando ela própria coloca desafios e tensões para a gestão de qualidade na educação superior.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Decreto de 20 de outubro de 2003**. Institui o Grupo de Trabalho Interministerial encarregado de analisar a situação atual e apresentar plano de ação visando a reestruturação, desenvolvimento e democratização das Instituições Federais de Ensino Superior-IFES. Brasília: D. O. U de 21.10.2003 a . Seção1, p.3. Disponível em <www.mct.gov.br/legis/decretos > Acesso em: 20 mar. 2004.

_____. **Grupo de Trabalho Interministerial**. Bases para o Enfrentamento da Crise Emergencial das Universidades Federais e Roteiro para a Reforma Universitária Brasileira, 2003 b .(Decreto de 20/10/2003).Brasília: SGPR/MCT /MP/MOG/MF/MEC) Disponível em: <www.mec.gov.br> Acesso em: 03 dez. 2009.

BARROSO, J. **A Regulação das Políticas Públicas de Educação. Espaços, dinâmicas e actores**. Lisboa: Educa-Unidade I&D de Ciências da Educação, 2006. 262p.

DELANTY,G. **Challenging knowledge: the university in the knowledge society**. UK: RSHE, 2001.

FRANCO, M. E. D. P.; MOROSINI, M. C.. Gestão Democrática e Autonomia Universitária: Educação Superior no Brasil e o Mercosul, In: SGUISSARDI, W. FRANCO, M.E.D.P.; MOROSINI, M.C. (Orgs). **Internacionalização, Gestão Democrática e Autonomia Universitária em Questão**. Textos para Discussão. Série Documental n ° 20. Brasília, DF: Inep, 2005, p. 29-54.

FRANCO, M. E. D. P. Educação Superior e modelos Institucionais. In: MOROSINI, M. C. (Editora). Seminário Internacional de Educação Superior da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (Recurso Eletrônico) . Porto Alegre, EdiPUCRS, 2009. (<http://www.pucrs.br/edipucrs/cplp/educacaosuperior.htm>) Res p.61-65. Publicação v-book artigo completo.

FRANCO, M. E.D. P.; MOROSINI, M. C. Cenários da Educação Superior e Desafios para o Ensino – Aprendizagem. **XV Endipe- Encontro Nacional de Prática de Ensino**. Belo Horizonte, UFMG, 20-23 de Abril de 2010, p. 01-12. CD ROM.

INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censos de Educação Superior 2001-2007**. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/sinopse/>> Acesso em setembro de 2009.

MOROSINI, M. C. (Editora). Seminário Internacional de Educação Superior da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (Recurso Eletrônico) .Porto Alegre, EdiPUCRS, 2009. ISSN 2176-5952 (<http://www.pucrs.br/edipucrs/cplp/educacaosuperior.htm>). Publicação v-book.

NEAVE, G. **Higher Education and Aspects of Transition**. *Higher Education Policy* (2006) 19, 1–5.

OCDE. **Centre for Educational Research and Innovation (CERI)**. Higher Education to 2030. v.1, Demography , 2008 a. Disponível em: www.oecd.org/edu/universityfutures. Acesso em 10.12.2009.

OCDE. **Center for Educational Research and Innovation (CERI)**. Four future Scenarios for Higher Education/Quatre scénarios sur l avenir de l'enseignement supérieur. 2008 b. Disponível em: www.oecd.org/edu/universityfutures. Acesso em 10.12.2009.

PALOCCI Filho, A.(Coord). **Uma Escola do Tamanho do Brasil**.(Programa de Governo). Partido dos Trabalhadores para o Governo de Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), 2002. 24p.

RISTOFF e GIOLO; **Censo de Educação Superior Brasileira**. Brasília, INEP. 2006.

RISTOFF, D, GIOLO J. A educação superior no Brasil – Panorama geral. In: **Educação Superior Brasileira 1991-2004**. Brasília: INEP/MEC. 2006.

ANEXO

Tabela 1 - Crescimento e evolução das Instituições de Educação Superior brasileiras por categoria administrativa e tipo de instituição -1991-2008.

ANO	IES			Universidades	Centros Universitários	Faculdades integradas	Faculdades Isoladas	CEFET/ CET/FAT CEFET/IFET Institutos Tecnológicos**
	Total	Pública	Privada					
						Faculdades *		
1991	893	222	671	99	0	7	787	0
1996	922	211	711	136	0	143	643	0
1999	1 097	192	905	155	39	74	813	16
2002	1 637	195	1 442	162	77	105	1 240	53
2005	2 165	231	1 934	176	114	117	1 574	184
2006	2 270	248	2 022	178	119	116	1 649	CET/FAT 208
2008	2 252	236	2 016	183	124	Faculdades	1 911	CEFET/ IFET 34
1991/1996 D %	3,2	-5,0	6,0	37,4	-	1 942,8	-18,3	-
1996/2005 D %	134,8	9,5	172,0	29,41	-	-18,2	144,8	-
2005/2008 D %	4,0	2,1	4,2	3,9	8,7	Faculdades	13%	-

Fontes: Censo da Educação Superior 1999, 2002, 2005, 2006, 2008 e sinopse 1995-2007 MEC/Inep/Deaes. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/>>. Acesso 5 de novembro de 2010. (*) Devido a mudanças na tipologia de classificação, as faculdades isoladas e as faculdades integradas passaram a constituir uma única categoria: Faculdades. (**) Em 2008 somente CEFET/IFET estão nessa categoria. Os dados disponibilizados e as mudanças nos tipos de instituições tecnológicas dificultam a inferência do crescimento de IES.